



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região

**Ata/Pauta - 16.10.2026 - 2ª Reunião ordinária conjunta dos Comitês
Orçamentários e de Finanças de Primeiro e Segundo Graus - 2026 (ID 18166176)**

Agendamento (ID 18166177)

Data: 16/10/2026

Horário: 14:00

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

GRAZIELLA CAROLA ORGIS - MEMBRO TITULAR - Magistrada de Primeiro Grau, indicado(a) pela Presidência - SUPLENTE VALDIR BARBIERI JUNIOR

VALÉRIA RODRIGUES FRANCO DA ROCHA - MEMBRO TITULAR - Magistrada de Primeiro Grau, indicado(a) pela Presidência - SUPLENTE LARA CRISTINA VANNI ROMANO

ARION MAZURKEVIC - COORDENADOR - DESEMBARGADOR(A) DO TRABALHO - PRESIDENTE - DESEMBARGADOR(A) DO TRABALHO - PRESIDENTE

ANA CRISTINA NAVARRO LINS - MEMBRO TITULAR - DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL - DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL

EDUARDO SILVEIRA ROCHA - MEMBRO TITULAR - SECRETÁRIO - SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - Secretário(a)-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, sem direito a voto

CLAUDIA CRISTINA THAMM OTTA - MEMBRO TITULAR - DIRETOR DE SECRETARIA - SECRETARIA DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ESTATÍSTICA - DIRETOR(A) DE SECRETARIA - SECRETARIA DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ESTATÍSTICA

SANDRO AUGUSTO HAISI - MEMBRO TITULAR - SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA REGIONAL - SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL - SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA REGIONAL - SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

DANIELLE CORREA POLAK SIGWALT - MEMBRO TITULAR - SECRETÁRIO - SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA - SECRETÁRIO - SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Local da reunião: Telepresencial

Participantes:

Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau

Arion Mazurkevic

Ana Cristina Navarro Lins

Cristina Angélica Bezerra Marques Feltrin (suplente)

Claudia Cristina Thamm Otta

Danielle Correa Polak Sigwalt

Eduardo Silveira Rocha

Lara Cristina Vanni Romano (suplente)

Patricia Carricondo Virges (suplente)



Paulo José Oliveira De Nadai
Renata Albuquerque Palcoski
Roberta de Biasio Pires
Valdir Barbieri (suplente)
Valeria Rodrigues Franco da Rocha
Vanessa Mendes Figueiredo



Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau

Arion Mazurkevic
Ana Cristina Navarro Lins
Claudia Cristina Thamm Otta
Danielle Correa Pollak
Eduardo Silveira Rocha

Entidades de Classe Magistrados e Servidores:

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (Amatra IX) –
Juíza Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia

Servidores da Diretoria-Geral (DG) e Gestores/Representantes das Unidades Gestoras do Orçamento (UGOs)

Adevilson Fernandes De São José
Anna Maria Zielonka Vieira Rodrigues
Carlos Bruno Fischer
Cintia Mara Adam Mineto
Claudio Germano Huf
Cleuci Biembenguti Da Silva
Dilva Cristina Tscha
Diogo Cordone
Ednanda Faustinoni Da Silva Da Costa
Elizabeth Paulina Franco Gealh
Haroldo Rebello Junior
Hilma Maria Wielewski
Hugo Signoretti Netto
Irinêo Frare Baptista Netto
Jessica De Lima Da Silva
Laiz Mieko Mukai
Ligia Casseiro
Luciana Tsukamoto Mendes Itano
Marcel Francelino Da Silva
Marcia Aparecida Lutz
Marcio Dos Santos Hidalgo
Maria Alice Da Silveira Mello
Paula Macedo Mestre Machado
Paulo Celso Gerva
Ricardo Erban
Rivelino Conciani
Rosemeire De Souza Pereira Bortolotto



Tatiane Krieger Dos Santos Rangon
Valentino Pavelizky
Vilmar José Siqueira



Itens da reunião (ID 18166185)

Item 1 (ID 18166186)

Nome do item: Apresentação do PCA 2027

Descrição:

A servidora Ana Paula Siqueira Firmino, da Coordenadoria de Governança Orçamentária, apresentou o processo de planejamento orçamentário para 2027 e o cronograma de elaboração, apreciação, aprovação e publicação do PCA. Foram mencionados os marcos previstos para a elaboração do plano pelas Unidades Gestoras Orçamentárias, a apreciação pelos Comitês Orçamentários, o envio à aprovação da Presidência e a publicação no site do Tribunal e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Foram expostos os fundamentos normativos do Plano de Contratações Anual, entre eles a Lei nº 14.133/2021, as Resoluções CNJ nº 347/2020 e CSJT nº 364/2023 e as políticas internas do TRT da 9ª Região sobre planejamento e execução orçamentária e governança das contratações. Informou-se que o PCA 2027 contempla 374 itens de contratação, relativos às despesas discricionárias, no valor total de R\$ 96.050.211,00.

Na sequência, foram apresentados o orçamento total previsto para o TRT da 9ª Região em 2027, de R\$ 1.666.561.384,00, e a evolução do orçamento das despesas discricionárias. Foi informado que o orçamento discricionário de 2027 teve aumento de 3,92% em relação a 2026 e de 16,02% em relação a 2024 e 2025.

As principais despesas recorrentes previstas para 2027 totalizam R\$ 50.205.702,00, correspondentes a 52,27% do orçamento discricionário. Também foram apresentadas despesas extraordinárias estimadas em R\$ 7.147.488,00. A distribuição do orçamento discricionário foi informada da seguinte forma: R\$ 79.960.717,00 para custeio, R\$ 3.070.746,00 para investimento e R\$ 12.963.748,00 para reserva orçamentária.

Quanto aos pedidos de aporte, informou-se que totalizam R\$ 68.294.905,83, valor superior à reserva disponível. Por esse motivo, os pedidos permanecerão sobrestados, resguardando-se recursos para possíveis demandas supervenientes. Ana Paula esclareceu que, após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, poderão ser priorizados pedidos devidamente justificados, incluindo reformas com prazo prolongado de execução, adequações de acessibilidade decorrentes de determinações de correções do CSJT, a ampliação da bolsa-estágio, itens aprovados em exercícios e valores para reajustes contratuais vigentes.



Deliberação:

Ao final das apresentações, o Desembargador Coordenador Arion Mazurkevic compartilhou orientações sobre a gestão das despesas e a análise das contratações. Ressaltou que a Administração tem buscado qualificar e priorizar as necessidades do Tribunal, limitar gastos considerados desnecessários e avaliar a efetiva necessidade das aquisições e contratações, mesmo quando há previsão ou disponibilidade orçamentária.

Como exemplo dessa orientação, mencionou a revisão das despesas com diárias e viagens para eventos e cursos, considerando a necessidade de participação, o número de representantes e o aproveitamento dos conteúdos. Destacou também o impacto dos deslocamentos sobre a força de trabalho dos servidores e a importância de disseminar internamente os conhecimentos adquiridos. Reforçou, assim, a responsabilidade da Administração de qualificar o gasto público e direcionar os recursos para necessidades efetivas e relevantes para o Tribunal.

Item 2 (ID 22344030)

Nome do item: Novo contrato de manutenção predial

Descrição:

O servidor Diogo Cordone, da Coordenadoria de Apoio ao Planejamento das Contratações (CAPC), apresentou a proposta de unificação dos contratos atualmente separados para manutenção predial por demanda e manutenção preventiva e cotidiana executada por postos de trabalho. O início do novo contrato está previsto para 4 de fevereiro de 2027, com orçamento anual estimado em R\$ 3.279.766,56.

Foram apresentados os principais elementos do modelo proposto, incluindo a previsão de um engenheiro civil residente para receber ordens de serviço, atuar como interlocutor com a Administração e acompanhar os serviços; critérios de qualificação técnica e econômico-financeira; a atuação dos oficiais de manutenção também em serviços de eletricidade, com o correspondente adicional de periculosidade; e a previsão de glosas em casos de atraso injustificado, baixa qualidade dos materiais ou outras falhas na execução.

Como resultados esperados, foram mencionados o aumento da atratividade do contrato para empresas qualificadas, a melhor organização da mão de obra, a redução de ociosidade e maior agilidade na execução dos serviços.

Deliberação:

Após a apresentação, o coordenador dos Comitês, Desembargador Presidente do TRT da 9ª Região Arion Mazurkevic comentou que havia preocupação em aprimorar os serviços de manutenção predial, diante das dificuldades observadas durante o ano, inclusive em contratos de execução de obras. Destacou a necessidade de atenção aos impactos de eventos climáticos de maior intensidade



e relatou preocupação com demandas urgentes de manutenção, mencionando como exemplo uma calçada afundada em uma unidade de Cambé, situação que, segundo relatado, já havia sido objeto de manifestações e vistorias sem que os serviços tivessem sido executados.

O desembargador Arion ressaltou a importância de manter os prédios em condições adequadas de uso e segurança, especialmente diante da circulação de pessoas e das necessidades de unidades do interior. Manifestou a expectativa de que o novo formato contratual contribua para solucionar essas dificuldades e pediu atenção especial à priorização das demandas de maior gravidade e urgência.

Item 3 (ID 22344025)

Nome do item: Ajuste de bolsa estágio

Descrição:

A servidora Tatiane Krieger dos Santos Rangon, diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE), apresentou a proposta de reajuste das bolsas de estágio de graduação e pós-graduação. Informou que o Grupo de Trabalho de Estudos das Contratações identificou a necessidade de aproximar os valores pagos pelo TRT9 daqueles praticados por outros órgãos, com o objetivo de contribuir para a atração e permanência dos estagiários. A Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme exposto, corrobora a proposta.

Foram apresentados os valores atuais e propostos: a bolsa de graduação passaria de R\$ 1.294,31 para R\$ 1.647,00, e a de pós-graduação, de R\$ 1.914,28 para R\$ 2.153,56, observados os limites máximos estabelecidos pelo Ato CSJT nº 95 /2024. A medida demandaria complemento orçamentário de R\$ 1.697.264,52, considerando as vagas atualmente disponíveis. Tatiane também mencionou a rotatividade de estagiários e comparou os valores praticados pelo Tribunal com os de outros órgãos da região.

Deliberação:

Aberto espaço para dúvidas e manifestações, não havendo outras questões registradas, a reunião foi encerrada.

